

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.236 - CE (2019/0355940-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : WÉSIO OLIVEIRA DE AMORIM (PRESO)
ADVOGADO : FERNANDO ANTONIO BEZERRA FREIRE - CE020581
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por **WÉSIO OLIVEIRA DE AMORIM**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**.

Narram os autos que o recorrente, condenado por homicídio qualificado, **com trânsito em julgado em 22/09/2016**, era representado por dois advogados de escritórios distintos, os quais recorreram autonomamente, tendo um destes recursos não conhecido por preclusão consumativa (o segundo recurso, do Dr. Pedro Teixeira Cavalcante Neto).

Irresignada, a d. Defesa impetrou **habeas corpus** na origem, o qual **não foi conhecido**, nos termos da ementa abaixo (fls. 909-917):

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM FACE DA EXISTÊNCIA DE NULIDADE PROCESSUAL MAL FERIMENTO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, PRETENSÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO ORIUNDA DO TRIBUNAL DO JÚRI. NÃO CONHECIMENTO. ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA GABINETE DESEMBARGADOR HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO

- A matéria encontra-se óbice ao conhecimento na constatação da existência de recurso apropriado para o fim perseguido pela defesa do coacto.

- O mandamus, a priori, de todo conhecido, é inservível como sucedâneo recursal. É remédio de urgência e excepcional, emergente para cessar ofensa ou ameaça iminente a direito de ir e vir, não se prestando a resolver todos os males do processo penal. Muito embora os o Tribunais aceitem o manejo do remédio heroico fora da sua concepção originária, impende o frisar que tal ocorre em situações excepcionalíssimas, quando houver evidente e inequívoca o ilegalidade a ser sanada, o que

não é o caso em exame.

2. ORDEM NÃO CONHECIDA."

Daí o presente recurso, no qual a d. Defesa sustenta constrangimento ilegal pela ausência de defesa técnica.

Afirma que, na autuação do processo de origem, o nome do Dr. Pedro Teixeira Cavalcante Neto não foi incluído, razão pela qual deixou de ser intimado para a sessão de julgamento (nulidade absoluta).

Aduz que "*Quanto ao outro advogado, provavelmente por se sentir desprestigiado, deixou de comparecer a sessão de julgamento, para fins de sustentação oral, bem como de apresentar qualquer recurso, ficando o réu totalmente indefeso*" (fl. 926).

Acerca da execução provisória das penas, afirma que "*o réu estava solto. Na condenação, o juízo de primeiro grau concedeu ao réu o direito de recorrer em liberdade, já o Tribunal se manteve silente sobre o assunto*" (fl. 930).

Requer, inclusive LIMINARMENTE, o provimento do presente recurso para "*determinar a expedição de ALVARÁ DE SOLTURA [...] No mérito, REFORMAR A DECISÃO sob acoite, para se reconhecer a violação a sua liberdade de ir e vir, confirmando a liminar requestada [...]*" (fl. 938).

É o relatório

Decido.

Da inicial, se apreende que a d. Defesa busca, em suma, a **revisão criminal** e a **suspensão do feito principal**, com base na **decisão liminar** proferida pelo **Ilmo. Min. Dias Toffoli**, em 15/07/2019, nos autos do **RE n. 1.055.941/SP**.

Contudo, nem mesmo com o julgamento definitivo do **RE n. 1.055.941/SP**, tenho que seria o caso de conceder a liminar, pois o caso em voga, além de já ter tido o **trânsito em julgado**, demonstra a clara pretensão de **revisão criminal**, nesta via do recurso ordinário em **habeas corpus**, o que não se mostra

possível.

Exemplificativamente: *"Se as instâncias ordinárias reconheceram, de forma motivada, que existem elementos de convicção a demonstrar a materialidade delitiva e autoria delitiva quanto à conduta descrita na peça acusatória, para infirmar tal conclusão seria necessário revolver o contexto fático-probatório dos autos, o que não se coaduna com a via do writ"* (RHC n. 85.177/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 25/04/2018).

Por estes motivos, **indefiro o pedido liminar como um todo.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora, bem como ao d. Juízo de 1º Grau.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator